



**ACÓRDÃO Nº998/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11438/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará - URUCARAPREV
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** ARNEI DOS SANTOS MATIAS, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6380/2016-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social . Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará - URUCARAPREV. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Determinações.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do **Sr. Arnei dos Santos Matias, Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará**, exercício de **2015**, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Arnei dos Santos Matias**, no valor de **R\$ 2.500,00**, que devem ser recolhidos aos cofres da **Fazenda Estadual** para o órgão Encargos Gerais do Estado - Sefaz, relativamente à restrição 1 (intempestividade na remessa dos informes periódicos do RPPS referentes aos meses de junho a novembro de 2015, com atrasos de 74, 74, 74, 74 e 57 dias, respectivamente, encaminhados via Portal E-Contas fora do prazo concedido na Ata da 38ª Sessão Administrativa desta Corte de Contas), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei 2.423/96. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa**



**ACÓRDÃO Nº998/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**deverá ser atualizado monetariamente** (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-TCE/AM), **autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.3. Recomendar ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará - Urucaraprev que:**

a) Observe estritamente o cumprimento do prazo de remessa dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme disciplina o art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015;

b) Observe e cumpra o prazo de recolhimento das Contribuições Sociais (INSS), conforme estabelecido no art. 30, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.212/91, c/c art. 216, inciso I, alíneas “a” e “b” do Decreto nº 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), c/c art. 12, inciso I, e art. 9º, inciso I, alínea “m” do mesmo decreto, assim como, o prazo de recolhimento dos Impostos (IRRF) previsto no art. 70, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 11.196/2005, alterada pela Lei nº 11.933/2009;

c) Adote procedimentos para efetiva implantação do Sistema de Controle Interno da Autarquia, nos termos do art. 74, caput, incisos e § 1º, da Constituição Federal de 1988, art. 43 caput c/c art. 10, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e 76 caput da Lei Federal nº 4.320/1964. Caso persista a restrição em exercícios futuros, estará o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará, sujeitos às sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93, por reincidência;

d) Observe e cumpra o estabelecido na alínea “c”. do art. 3º da Resolução TCE nº 08/2011 (inventário do estoque de materiais existentes no final do exercício), caso, contrário, estará o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção daquela Autarquia do Município de Urucará, sujeitos às sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93, por reincidência;

e) Observe estritamente ao que determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64, se possível de forma eletrônica, indicando a especificação do bem, quantidade, data da aquisição com nº do empenho, nº da nota fiscal, valor, nº do tombo, localização e agentes reposáveis por sua guarda e administração;



**ACÓRDÃO Nº998/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.4. Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que, por meio da próxima Comissão de Insp. Dicerp:**

a) Verifique se as pendências registradas nos itens 2, 5, 9 e 10 do Relatório Conclusivo nº 21/2016– DICERP, fls. 195/216, foram regularizadas no exercício de 2016, sob pena de aplicações das sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93, por reincidência neste tipo de violação a norma legal;

b) Verifique o cumprimento das recomendações sugeridas nesta instrução;

**9.5. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.**

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral